

pais uma vez sabedores disso, trataram de abafar o escândalo, enviando a moça para Gênova onde deu à luz um menino que passou a chamar-se Salvador Gonçalves Zarco. Mais tarde, para esconder a sua verdadeira personalidade e a grave falta de sua mãe, passou a adotar o nome de Cristóbal Colón. Disfarçado com este nome, Salvador Gonçalves Zarco passou a ser um valioso instrumento de D. João II na política portuguesa de expansão ultramarina. Em resumo, é o que diz a tese do Sr. Alexandre Gaspar da Naia.

O Autor não cita, porém, um único documento comprobatório das suas arriscadas asserções, mas apenas recorre a uma série de extravagantes conjeturas, boa parte delas simples repetição do que escreveram os citados historiadores portugueses cujos trabalhos, como já referimos, sofreram demolidora crítica do professor Duarte Leite.

Diante do exposto, qualificamos a tese do Autor como material de pura propaganda nacionalista, destituída de qualquer valor crítico.

THOMAZ OSCAR MARCONDES DE SOUZA

MACEDO (Jorge de). — *A situação econômica no tempo de Pombal. Alguns aspectos.* Pôrto. 1951. 311 pp. in 8.º. 144x90.

Integrado na coleção *Estudos e Documentos para a História* saiu agora o primeiro volume *A situação econômica no tempo de Pombal — Alguns aspectos*, de autoria de Jorge de Macedo. Esta coleção, a atentar aos títulos e autores dos vários trabalhos anunciados, pretende renovar os métodos da historiografia atual portuguesa e seguir aqueles que os *Annales* de March Bloch difundiram por França. Em Portugal podemos considerar como introdutor de forma sistemática e efetiva desses métodos e orientações Vitorino Magalhães Godinho.

A) **Obra.**

Jorge de Macedo repartiu o seu estudo nos seguintes capítulos:

I Capítulo — **O Marquês de Pombal e os historiadores**, onde coloca a questão no justo pé, pois em Portugal a figura de Sebastião José de Melo tem sido analisada à luz de critérios eminentemente políticos e religiosos. Assim, é — se a favor de Pombal e, conseqüentemente, anti-jesuíta; e vice-versa. Depois de fazer uma análise à historiografia pombalina, Jorge de Macedo critica nestes termos Lúcio de Azevedo, até agora o nosso mais imparcial historiador econômico da época: "O trabalho de Lúcio de Azevedo sobre Pombal — **O Marquês de Pombal e a sua época** — sob muitos pontos, aliás, um excelente trabalho e em qualquer caso o mais expressivo, é revelador desta maneira de pôr o problema da época pombalina (forma personalista de Governo); "Ardente inovador"... "Quis despertar a sua nação para a vida nova..." etc. etc. O autor do presente trabalho procura situar a questão dentro dos moldes seguintes: reconhecer o meio de Pombal, a sua época, os seus problemas, as suas dificuldades e necessidades, o campo, as possibilidades e condições de ação dentro das quais se movem (pág. 30).

II Capítulo — **A Primeira fase da Governação — O Estado** — Analisa o processo usado para levar à centralização nas suas mãos do Estado, dizendo que Pombal não foi renovador, utilizando os organismos e métodos tradicionais da monarquia portuguesa. "Reorganização em Pombal quer dizer simplesmente reforço da organização existente" (pg. 38). Não teve a sua orientação uma linha firme, seguindo aquela que as circunstâncias aconselhavam.

Há duas fases na legislação relativa ao Estado: 1.º — que culmina em 1761 com a criação do Real Erário e é de natureza fiscal e judicial (legislação sobre juros de empréstimo, lei da "Boa razão", "prisão fácil", criação da Intendência Geral da Polícia de Lisboa, cobrança de impostos, alfândega, ouro do Brasil, formação de uma burocracia, etc.); 2.º — Depois daquela data toma feição militar (pg. 49), o que acarreta problemas de ordem econômica.

III Capítulo — **Os monopólios econômicos** — Após referir a má situação financeira do Estado, que leva à crise, o A. detém-se na análise dos grandes grupos privilegiados que criam as companhias (Companhia do Comércio da Ásia, 1753; do Grão Pará e Maranhão, 1755; da Pesca da Baleia, 1756; dos Vinhos do Alto Douro, 1759) e outros grupos financeiros, residindo a estrutura econômica da administração pombalina no monopólio e no sistema de impostos. Jorge de Macedo recorre a gazetas e outras fontes de informação para nos dar curiosos quadros, como o da importação, por Lisboa, em 1764 (pg. 110) ou o dos navios entrados naquele porto entre 1751-1775 (pg. 114).

IV Capítulo — **A Crise** — Inicia-se entre 1759-1761 e caracteriza-se pela crise dos fundos para o Estado, crise de produção e crise do comércio.

Ligando-se a nossa economia ao comércio mercantilista colonial, assim que houve uma crise dos produtos coloniais compensadores do déficit metropolitano, logo a mesma se refletiu no resto do país, tendo o seu ponto culminante na época de 1768-1771, embora se estenda desde 1762 a 1779 (pg. 165). Afirma o A. que a legislação pombalina também neste campo não foi planificada, como Lúcio de Azevedo quis ver in **Relações dos Gravames do comércio e dos vassallos de Portugal em Inglaterra**. Foi antes uma legislação de emergência com o objetivo protecionista. Analisa depois (pg. 169) a crise da mineração que foi acompanhada e precedida da grande crise do açúcar e a do escravo (pg. 173).

V Capítulo — **O fomento industrial** — Depois de haver dado uma breve vista panorâmica, de referir várias notas sobre o aumento demográfico verificado no século XVIII e da situação das nossas comunicações na mesma época, o A. diz que a indústria portuguesa (pg. 208), alheia à Revolução Industrial, assentava na oficina e a energia utilizada era a humana, a animal e a da água.

O fomento industrial de Pombal, que não veio a erguer-se sobre o nada, pois já anteriormente se havia feito alguma coisa, caracterizou a 3.^a fase do Governo pombalino. Esse fomento começou em 1769 com a publicação do alvará de 4-9-1769 que tenta reconstituir, parcialmente, o Regulamento dos lanifícios de 1690 (pg. 254-255), e não se pode considerar um fomento em larga escala, pois há uma falha de sistematização. Havia subsídios às manufaturas e oficinas novas dados pela Real Junta do Comércio e uma quarta parte das fábricas era propriedade do Rei (pg. 257).

No final apresenta uma série de valiosos documentos, tais como: a) Relação dos acionistas da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro consoante o código 673, fols. 259 da Bibl. Ger. da Univ.; b) Gêneros que as tripulações que navegavam para o Ultramar podiam levar; c) Teares espalhados por Lisboa e ligados à fábrica de Sedas, indicando-se o respectivo proprietário; d) Alvarás de "Fábricas" concedidos pela Junta do Comércio; e) Relação das Saboarias que estavam incorporadas na Real Corôa; f) Sabão distribuído em Portugal; g) Gráfico desdobrável contendo a lista das fábricas instaladas com a participação da Junta do Comércio até à reforma de D. Maria I, indicando-se a data da criação, o ramo da atividade, lugar e proprietário das mesmas; h) movimento do mercado do tabaco; i) Descrição das oficinas da pólvora de Barquerena e Alcântara, conforme código 606 do Fundo Geral da Bib. Nacional de Lisboa; j) Gráfico da evolução da amoedação de ouro de 1752-1786, de acôrdo com os números fornecidos por Teixeira de Aração, in **Descrição Geral das Moedas Portuguesas**, 2.^o vol., pg. 420-421.

B) Crítica.

A obra em discussão foi melhor pensada e esquematizada do que escrita e desenvolvida. O A., a par de expressões um tanto confusas (exemplos: pgs. 121, 153, 208, 243) também não é claro a expôr muito do seu arguto raciocínio. Como dos melhores capítulos note-se o relativo ao fomento industrial.

Evidentemente que se poderiam notar falhas (a falta de gráficos sobre a evolução de preços, níveis de vida, etc.) e muitas das afirmações têm caráter

polêmico (a questão dos jesuitas, a vinda de estrangeiros, etc.), mas temos de reconhecer que a obra de Jorge de Macedo marca um ponto notável na historiografia portuguesa e será indispensável na historiografia pombalina.

JORGE PEIXOTO

"O PROGRESSO — Revista social, literária e científica." Reedição feita pelo Governo do Estado de Pernambuco como parte do programa das comemorações do centenário da Revolução Praieira. Prefácio do Prof. Amaro Quintas. Imprensa Oficial, Recife, 1950-xxvi-920 pp.

O Sr. Prof. Amaro Quintas, que já publicou excelentes estudos sobre a Revolução Praieira, reeditou, em 1950, com o apoio do governo do Estado de Pernambuco, a revista que Antônio Pedro de Figueiredo, o chamado **Cousin Fusco** fundara no Recife em julho de 1848. Nesta rápida nota não pretendemos examinar toda a riqueza do material que se contém na publicação que, em boa hora, o Estado de Pernambuco patrocinou. O que desejamos, por ora, é simplesmente assinalar, para os estudiosos da história das idéias no Brasil, a importância deste texto que, entre outros fatos, aponta alguns dos marcos relativos ao aparecimento de certas idéias e tendências na nossa história e, ao mesmo tempo, ressaltar e louvar a contribuição que nos ofereceu o Sr. Prof. Amaro Quintas.

Já em **Nordeste** e em **Um Engenheiro Francês no Brasil**, Gilberto Freyre chamara a atenção dos estudiosos para a figura curiosa desse pensador mulato que "decerto não foi menos significativo, como revolucionário intelectual do meio escravocrata do Nordeste e como crítico da organização patriarcal então predominante, do que outros mulatos mais festejados: Natividade Saldanha, nos princípios do século XIX, Tobias Barreto nos fins". (Gilberto Freyre, **Nordeste**, p. 51, apud. pref. de Amaro Quintas, in **O Progresso**, p. II). Antônio Pedro de Figueiredo traduziu, por volta de 1843, o "**Cours d'Histoire de la Philosophie**", de Victor Cousin e, daí lhe veio a alcunha de **Cousin Fusco** que lhe deram os seus muitos detratores. Mas não se limitou apenas às traduções. Quis, com alguns outros pernambucanos que teriam sofrido, provavelmente, a influência de L. L. Vauthier, fundar uma revista "social, literária e científica" que, longe das intrigalhas políticas próprias às gazetas do tempo, fôsse uma revista de idéias... "Convencido da inanição da política acanhada e rancorosa dos partidos, e também de que só no estudo das questões sociais é que devemos procurar as condições do nosso desenvolvimento: vendo, pela experiência dos fatos consumados, quão grave erro cometemos todos os dias ao copiar servilmente a Europa, em vez de procurarmos o processo, com que devemos aplicar ao nosso país os dados das ciências sociais, queremos lançar, no meio da incoerência atual, segundo nos permitirem as nossas forças, alguns princípios exatos, e os germens de um futuro generoso." (apud Pref., p. XVII). Tal era o objetivo da revista que viveu de julho a setembro de 1848. Apesar da sua curta duração, as páginas de **O Progresso** encerram, no entanto, documentos importantes e curiosos para a compreensão de certos aspectos da nossa história do século XIX.

CRUZ COSTA